

DEFENDER, CONSOLIDAR E VALORIZAR AS NACIONALIZAÇÕES

Circular da Sede Nacional da FRELIMO para os Grupos Dinamizadores, por ocasião do 1^o aniversário das nacionalizações

DAR AO NOSSO TURISMO UM CONTEÚDO DE CLASSE

Discurso do Camarada Presidente na reunião com os trabalhadores da Indústria Hoteleira, em 24 de Julho de 1976



O dia 24 de Julho é o dia em que, no nosso país, destruimos o sistema da propriedade privada, criando assim a base material mínima para a edificação de uma economia popular, independente, livre da exploração.

□ □ □ □ □

É o dia do arranque para a edificação de um sistema de saúde popular, em que a motivação para o trabalhador da saúde não é o lucro e a ganância capitalista, mas sim o desejo de servir o povo, por amor ao povo.

□ □ □ □ □

É o dia em que lançamos as bases para a criação de um sistema único de Educação, controlado pelo Estado de operários e camponeses, através do qual o nosso povo vai adquirir o conhecimento científico necessário para mobilizar as leis da natureza e da sociedade em seu benefício.

□ □ □ □ □

É o dia em que liquidamos o comércio da Justiça e lançamos as bases para a criação de um sistema de Justiça Popular.

□ □ □ □ □

O povo trabalhador, que erguia os prédios, abria as avenidas, pavimentava as ruas, construía as canalizações e esgotos, levantava os postes e estendia os fios condutores de electricidade, o povo trabalhador que fazia as cidades era forçado a viver no quintal segregado da cidade, em barracas miseráveis, concentradas em zonas sem água canalizada, sem ruas, sem esgotos, onde se desenvolvia a promiscuidade e a doença. A nacionalização dos prédios de rendimento permitiu ao nosso povo tomar as cidades que construía e liquidar a discriminação racial característica da cidade colonial.

□ □ □ □ □

O dia 24 de Julho é o dia em que desencadeamos a ofensiva directa contra o imperialismo, o dia em que abalamos decisivamente as estruturas do capitalismo no nosso país.

DEFENDER, CONSOLIDAR E VALORIZAR AS NACIONALIZAÇÕES

**Moçambicanas,
Moçambicanos,**

Celebramos amanhã, dia 24 de Julho, o Dia das Nacionalizações.

Foi no dia 24 de Julho de 1975, há exactamente um ano que, pelo Camarada Presidente da FRELIMO e Presidente da República Popular de Moçambique, Samora Moisés Machel, foram anunciadas decisões históricas: a recuperação da terra pelo povo, a nacionalização das escolas privadas e o fim do sistema dos explicadores, a nacionalização dos hospitais, das clínicas particulares e a abolição da medicina capitalista, o termo do exercício privado da advocacia e da comercialização da justiça, e a liquidação do comércio da morte, feito pelas Agências Funerárias que foram nacionalizadas.

No prosseguimento da po-

lítica popular da FRELIMO, no dia 3 de Fevereiro deste ano — Dia dos Heróis Moçambicanos — foram nacionalizados os prédios de rendimento.

Ao celebrarmos amanhã, dia 24 de Julho, o Dia das Nacionalizações importa que estudemos colectivamente o seu significado, que em conjunto analisemos profundamente o seu conteúdo popular e revolucionário. Importa ainda, e sobretudo, que estudemos as formas correctas de consolidarmos e valorizarmos as grandes conquistas do nosso povo que as nacionalizações representam.

1 — O SIGNIFICADO DO DIA 24 DE JULHO

O dia 24 de Julho, Dia das Nacionalizações, é uma data histórica do povo moçambicano. Este dia assinala a materialização de objectivos es-

senciais pelos quais o nosso povo resistiu tenazmente ao colonialismo português durante 500 anos e pelos quais o nosso povo unido, organizado e dirigido pela FRELIMO, lutou duramente ao longo de dez anos de guerra popular de libertação nacional.

As decisões tomadas pelo Governo dirigido pela FRELIMO e anunciadas pelo Camarada Presidente Samora Machel no dia 24 de Julho do ano passado, reflectem com nitidez o sentido real da luta armada revolucionária levada a cabo pelo nosso povo e o conteúdo popular da nossa Independência. Essas decisões constituem o prolongamento do processo de liquidação de todas as formas de exploração do Homem pelo Homem, desde há anos iniciado nas zonas libertadas.

As nacionalizações são o trunfo necessário da guerra popular de libertação nacional.

No dia 24 de Julho de 1975 desencadeámos a ofensiva directa contra o imperia-

lismo que, através da burguesia colonial portuguesa, controlava economicamente o nosso País, explorando desentreadamente o nosso povo.

No dia 24 de Julho de 1975 abalámos decisivamente a superestrutura do capitalismo em Moçambique porque:

— destruímos o sistema de propriedade privada da terra. sistema esse que é um dos pilares essenciais das relações sociais de produção características dos sistemas de exploração do homem pelo homem;

— liquidámos nas escolas os centros de formação de quadros da burguesia, os centros de difusão da ideologia capitalista, os centros de criação de mentalidade individualista decadente, corrupta e escrava ao estrangeiro;

— retirámos das mãos da burguesia o controlo da administração de justiça, de que ela se servia para defender os seus interesses exploradores contra os direitos legítimos do nosso povo;

— eliminámos a possibilida-

de de a burguesia continuar a fazer da Educação, da Saúde e da Justiça fonte de riqueza e garantia de privilégios de classe.

Deste modo o dia 24 de Julho foi um dia de grandes vitórias do nosso Povo nas frentes económica, social e cultural.

2 — A RECUPERAÇÃO DA TERRA PELO POVO

Dizemos que a terra foi recuperada pelo povo porque, historicamente, a terra pertence ao povo. Nenhum povo entregou a terra aos latifundiários, aos senhores de terras — foram eles que as roubaram ao povo. Foi quando surgiram as primeiras formas de exploração do homem pelo homem que apareceram classes que se apropriaram da terra, roubando-a ao povo, para explorarem as riquezas produzidas na terra pelo trabalho do povo.

A propriedade privada da terra pelos elementos duma dada classe corresponde ape-

nas a um período histórico dominado por sistemas de exploração, período esse a que os povos de todo o Mundo estão a pôr fim, através da sua luta contra a exploração.

Através da propriedade privada da terra, dois sistemas de exploração pesaram durante séculos sobre o nosso povo. Um era o sistema tradicional-feudal, representado pelos réngulos, pelas regedorias triba-listas. O outro era o sistema de exploração colonial-capitalista representado pelos colonos latifundiários, pelos donos das grandes plantações e pelas grandes companhias concessionárias, presença directa dos interesses imperialistas no nosso País.

No seu processo de ocupação da terra os colonialistas expulsaram o nosso povo das terras melhores, mais férteis, onde havia água, onde eram possíveis as melhores culturas.

Assim, na fase final do colonialismo português no nosso País os milhões de camponeses moçambicanos ocupavam

apenas a quarta parte, e a parte mais pobre, da terra cultivada. As médias e grandes companhias agrárias, propriedade dum punhado de capitalistas, ocupavam cerca de metade de toda a terra cultivada, usurpando as zonas mais ricas e férteis.

Ao desenvolver o seu sistema de exploração, os colonialistas não só não liquidaram como fomentaram o tipo tradicional-feudal de exploração da terra como forma de dividir o nosso povo e de atribuir privilégios aos régulos que aceitavam servir fielmente o colonialismo.

Para compreendermos os efeitos nefastos da propriedade privada da terra sobre o nosso povo temos de recordar sempre que é da combinação da terra e dos seus produtos com o trabalho do homem que nasce toda a riqueza.

É da terra que saem os produtos com que nos alimentamos, é da terra que saem o algodão e outros produtos com

que fabricamos as nossas roupas; é da terra que extraímos os materiais com que construímos as nossas casas; é da terra que recolhemos todas as matérias-primas para as diversas indústrias.

É por isso que dominando a terra, as classes exploradoras dominavam toda a sociedade, porque controlavam o objecto do trabalho e o produto do trabalho, controlavam e utilizavam em seu proveito tudo quanto o povo necessita para viver.

Forçado a trabalhar nas plantações, nas concessões e nas minas, produzindo enormes riquezas que eram canalizadas para a metrópole colonial e para outros países imperialistas de que aquela servia de intermediário, o nosso povo, totalmente privado do produto do seu trabalho era mantido na fome, na nudez, na miséria, na ignorância, no analfabetismo e no obscurantismo.

A recuperação da terra pelo povo era assim uma condição social essencial da nossa liber-

tação total. O sofrimento de séculos de resistência, os massacres, os inúmeros sacrifícios consentidos pelo nosso povo, o sangue vertido pelos melhores filhos de Moçambique na luta de libertação, a nossa Independência não teriam sentido se a terra não fosse libertada, se a terra continuasse nas mãos de um punhado de exploradores.

Com a recuperação da terra, o nosso povo conquistou a base material mínima que permite o nosso desenvolvimento económico, que permite produzirmos para satisfazer as nossas necessidades fundamentais, para combatermos a fome, a nudez, a miséria, a doença e o analfabetismo, para construirmos uma economia popular, independente, livre da exploração.

3 — A NACIONALIZAÇÃO DOS HOSPITAIS E DAS CLÍNICAS E A ABOLIÇÃO DA MEDICINA PRIVADA CAPITALISTA

No nosso país as estruturas da Saúde tinham sido concebidas e criadas para servir os interesses da classe burguesa, tanto da burguesia colonial como da pequena e média burguesia nascentes.

Os hospitais, as clínicas e os consultórios existiam apenas nas cidades e nalgumas vilas onde viviam os colonos e as burguesias nacionais, podiam pagar os cuidados de saúde.

Só na então cidade de Lourenço Marques onde viviam mais de metade dos elementos da burguesia mas menos de 3% do nosso povo trabalhador, existiam mais médicos, mais enfermeiros, mais camas de hospital e de laboratórios que em todo o resto de Moçambique.

Nas áreas rurais, naquilo a que os colonialistas chamavam «o malo» onde vivia e vive a esmagadora maioria do nosso povo, nas minas onde nós trabalhávamos, nas plantações das companhias que nós cul-

livávamos, nas machambas, nas povoações onde existiam e existem milhões e milhões de moçambicanos, a quase totalidade das pessoas nunca viram um médico, nunca viram um enfermeiro, nunca beneficiaram de assistência sanitária.

Mas mesmo nas cidades e naquelas vilas onde existiam hospitais, clínicas e consultórios, o critério para atender as pessoas não era o critério da doença. Não se entrava num consultório, numa clínica ou num hospital em função das necessidades físicas. Entrava-se em função da riqueza pessoal, da possibilidade de se poder pagar a consulta ou o internamento. Nessas estruturas não se analisavam as doenças, analisavam-se as riquezas.

Os burgueses iam aos consultórios e eram internados nas luxuosas clínicas privadas ou nos hospitais em quartos de primeira classe. Mobilizavam-se médicos e professores da Faculdade para tratar a

constipação do senhor burguês, para curar a prisão de ventre da senhora burguesa.

Mas a tuberculose ou para a malária grave do nosso povo não havia um enfermeiro sequer.

O nosso povo nas cidades era atendido no hospital só se tivesse dinheiro, e mesmo assim sempre à pressa porque o senhor Doutor tinha de seguir rapidamente para o consultório ou para a clínica a fim de prestar o seu calor humano aos senhores capitalistas e assim recolher mais lucros. Quando nós, o povo, éramos internados íamos para enfermarias onde se praticava o racismo da forma mais aberta. A discriminação social com base nas riquezas materiais de cada um juntava-se a discriminação racial. Exemplo disso, as Maternidades indígenas que existiam em todo o País até a queda do colonialismo.

E hoje ainda recordamos com amargura quantas vezes a ambulância, chamada para ir

buscar alguém de urgência, por exemplo uma mulher em trabalho de parto ou um moribundo, regressava vazia porque a família da grávida ou do doente não tinha dinheiro para pagar o transporte e o internamento.

No sistema colonial capitalista a prática da medicina privada constituía mais uma forma de exploração e humilhação do nosso povo. As estruturas de Saúde funcionavam com o único objectivo de servir os interesses da classe dominante, que podia pagar.

Nessas estruturas de saúde, porque estava em perigo a vida de um homem ou dos seus seres mais queridos, era onde se manifestava de forma mais aberta e sem vergonha a ganância do mundo capitalista.

A nossa experiência de organização dos serviços de saúde nas zonas libertadas demonstrou-nos claramente que só é possível a criação de um sistema de saúde ao serviço do povo através da abolição da medicina privada. Nós com-

preendemos que só se poderiam satisfazer as necessidades fundamentais do povo no domínio da saúde se substituíssemos a motivação do lucro pela motivação de servir o povo, pelo amor do povo.

4 — A NACIONALIZAÇÃO DAS ESCOLAS PRIVADAS E A CRIAÇÃO DE UM SISTEMA ÚNICO DE EDUCAÇÃO

A Educação era no nosso País, um instrumento de dominação e de alienação, inteiramente ao serviço da burguesia colonial.

O sistema de ensino destinava-se, por um lado, a formar os quadros da burguesia, os gerentes e executores do sistema de exploração e opressão do nosso povo. Esta era a função específica dos liceus e da Universidade, instrumento máximo da selecção de classe. Este era o ensino reservado aos filhos da burguesia colonial. O sistema de propinas, o custo dos livros de estudo e do equipamento escolar, a exis-

lência paralela do sistema de explicadores transformado em complemento indispensável do ensino oficial garantiam que os liceus fossem reservados para os grupos mais privilegiados.

As escolas técnicas, comerciais e industriais destinavam-se a formar os técnicos médios e operários especializados, recrutados essencialmente no seio da pequena e média burguesia.

O acesso ao ensino estava vedado à esmagadora maioria do nosso povo.

A percentagem de analfabetos, herança do colonialismo no nosso País, era superior a 90%.

Os moçambicanos que escapavam às malhas da planificação colonial da ignorância eram submetidos a um processo de despersonalização, de identificação com os valores da burguesia estrangeira, da formação do assimilado, como estádio supremo do colonizado.

Na escola colonial era en-

sinado o desprezo pelo povo, pela nossa cultura, pela nossa origem

Na escola colonial era ensinado o individualismo, o desprezo pelo trabalho manual, a mentalidade capitalista e etilista.

Na escola colonial era ensinada a Geografia e a História de Portugal, deixando-se o moçambicano na ignorância da História do nosso Povo, ou criando-lhe a convicção de que éramos um povo sem História, isto é, de que não éramos um Povo.

Assim se pretendia privar o moçambicano escolarizado dos dados e a compreensão da sua situação de explorado e das causas dessa situação.

Neste aspecto, era de particular importância o ensino nas escolas missionárias, onde se ensinavam apenas rudimentos de escrita e leitura, em troca da submissão do aluno aos princípios religiosos da Missão e da exploração da sua força de trabalho das machambas da Missão.

Todo o ensino colonial era orientado pela discriminação racial, pela discriminação de classe, pela humilhação sistemática e negação da personalidade moçambicana e africana.

Nacionalizar o ensino privado, incluindo o missionário, liquidar sistema de explicadores e organizar um sistema único de Educação controlado pelo Estado, era uma condição essencial para colocar a Educação ao serviço do povo.

5 — A ABOLIÇÃO DA ADVOCACIA PRIVADA

Aquilo a que o colonialismo chamava Justiça no nosso País era mais um complicado sistema de discriminação e de defesa dos interesses da burguesia exploradora. O conteúdo das leis visava unilateralmente formar o sistema legal que garantia o direito de a burguesia explorar o nosso povo, de conservar a terra que nos roubara, de se apropriar das riquezas produzidas pelo nosso trabalho, de prender,

forlurar, condenar mesmo sem julgamento, os moçambicanos ao mínimo gesto de nacionalismo, de revolta contra a dominação estrangeira.

O sistema de leis era complexo, formulado numa linguagem complicada determinando processos legais que formavam uma rede de burocrática confusão, demora e preços elevados para a administração da justiça.

Deste modo, o nosso povo era impedido de compreender as leis, não possuía nem os conhecimentos nem o dinheiro necessários para recorrer aos tribunais.

Para se mover à vontade neste complicado sistema, a burguesia exploradora tinha o dinheiro e através dele podia assegurar os serviços dos advogados, pagos para defender as causas mais sujas, os interesses mais ilegítimos.

Na construção dum sistema popular de Justiça, era assim essencial destruir as bases do sistema anterior e, entre eles liquidar o comércio da Jus-

liça feilo através da advocacia privada, agente da burguesia exploradora.

6 — A NACIONALIZAÇÃO DAS AGÊNCIAS FUNERÁRIAS

O comércio da morte era um dos aspectos mais degradantes do capitalismo em Moçambique. A sua existência localizava-se quase exclusivamente nas cidades, onde se concentrava a burguesia colonial através dele, a discriminação social, a divisão de classe, era estendida aos próprios cadáveres, classificados em de primeira, segunda e terceira, consoante o preço pago pelo enterro às agências funerárias.

Nas cidades, o nosso povo tinha de pagar preços elevados para enterrar os seus mortos. Fora das cidades, nenhum serviço existia, embora em alguns casos, os régulos exigissem o pagamento da terra onde eram enterrados os mortos nascidos noutras regiões.

A nacionalização das agências funerárias permite eliminar o comércio da morte e

a discriminação dos cadáveres, permite estabelecer um preço único para os enterros, criar um serviço público funerário em todo o nosso País.

7 — A NACIONALIZAÇÃO DOS PRÉDIOS DE RENDIMENTO

A habitação era outra fonte de discriminação, de especulação e de exploração do nosso povo.

O povo trabalhador, que erguia os prédios, abria as avenidas, pavimentava as ruas, construía as canalizações e esgotos, levantava os postes e estendia os fios condutores da electricidade, o povo trabalhador que fazia as cidades era forçado a viver no quintal segregado da cidade, em barracas miseráveis, concentradas em zonas sem água canalizada, sem ruas, sem luz, sem esgotos, onde desenvolvia a promiscuidade e a doença.

A cidade era reservada para a burguesia colonial. O capital empregado na construção dos prédios de rendimento, cedido à burguesia pelas instituições

de crédito, era fruto do suor do nosso povo. A especulação sobre as rendas, além de garantir, através do alto preço do aluguer, a discriminação social e racial, originava lucros imensos para os proprietários.

A nacionalização dos prédios de rendimento permite ao nosso povo tomar as cidades que construiu, deixar de viver afastado do cimento que amassou com o seu suor e o seu sangue. Permite liquidar a discriminação racial característica da cidade colonial. Permite criar um sistema justo de pagamento de rendas de habitação. Criar condições para se organizar a vida colectiva nas cidades, através da criação de bairros comunais.

8 — O SENTIDO POPULAR DAS NACIONALIZAÇÕES

Podemos ver, assim, o conteúdo profundamente popular e revolucionário da recuperação da terra pelo povo, da nacionalização das escolas pri-

vadas, dos hospitais e clínicas particulares, das agências funerárias e dos prédios de rendimento.

Estas decisões do Governo, orientadas pela linha política popular da FRELIMO, constituem um golpe duro na classe exploradora e um poderoso avanço das classes trabalhadoras.

Desterimos este ataque directo contra o imperialismo, abalámos a superestrutura do capitalismo no nosso País, no momento em que as suas forças se encontravam desorganizadas e paralisadas pela vitória do nosso povo sobre o colonialismo português. Fizemo-lo antes que se pudessem reorganizar, isto é, atacamos o jacaré enquanto ele estava na margem do rio, sem dar tempo ao jacaré para se instalar no meio do rio, onde a sua força é maior e a nossa luta mais difícil.

Obrigámos as forças reaccionárias ao recuo, à fuga desorganizada. Mas devemos compreender que ainda não

as aniquilámos por completo. Se aparentemente elas pareceram inactivas durante um certo período, a verdade é que procuravam ganhar fôlego e tentavam reorganizar-se para em seguida nos atacarem.

As medidas tomadas pelo Governo dirigido pela FRELIMO constituem um golpe fatal para os interesses ilegítimos das classes exploradoras e representam uma vitória decisiva para as classes operária e camponesa do nosso País.

É este o contexto que nos permite compreender como reagiram às nacionalizações as classes sociais existentes no nosso País.

As classes exploradas de operários e camponeses, representadas pela FRELIMO, para quem as nacionalizações constituem uma importante vitória, desde logo empreenderam importantes acções para defender, consolidar e valorizar essas conquistas revolucionárias.

No que respeita à terra, destaca-se a mobilização e organização do nosso povo para

se implementar a palavra de ordem da FRELIMO de estabelecimento de Aldeias Comunitárias, abrindo perspectivas reais para a implantação do poder operário-camponês nas zonas rurais.

Assume particular relevo o trabalho colectivo nas cooperativas agrícolas e nas machambas estatais. Tem sido também importante o esforço empreendido por diversas estruturas do Governo no sentido de fazer o estudo profundo das nossas riquezas naturais e das formas do seu aproveitamento em benefício das largas massas trabalhadoras.

No sector da Saúde são de particular importância medidas como o estabelecimento de consultas gratuitas e tratamentos gratuitos para a esmagadora maioria do nosso povo, a abolição do desumano sistema de discriminação racial e social nos hospitais, a distribuição racional por todo o País dos médicos e pessoal paramédico existentes a prepara-

ção intensiva de centenas de enfermeiros, parleiras, técnicos de medicina preventiva, etc.

No âmbito da Educação, destaca-se, pelo seu profundo significado revolucionário, a substituição das estruturas antidemocráticas de direcção das escolas por novas estruturas de carácter colectivo e democrático, a formação de centenas de professores com uma mentalidade nova e a elaboração de novos manuais de Ensino.

No que respeita à habitação, a medida essencial que acompanhou a nacionalização dos prédios de rendimento foi o grande abaixamento das rendas de habitação, que passam a estar adequadas aos rendimentos de cada família, o que permite a curto prazo a ocupação pelas classes trabalhadoras das habitações que se destinavam ao uso exclusivo da burguesia colonial.

No amplo trabalho de consolidação e valorização das nacionalizações é justo salientar

o importante papel desempenhado pelos técnicos estrangeiros que, enviados pelos Partidos e Governos dos respectivos países, ou vindo a título individual, aqui se encontram a dar o seu importante contributo à Reconstrução Nacional. A sua presença e a sua acção militantes no nosso País testemunham de forma inequívoca o carácter internacionalista da nossa luta, constituem a demonstração de que a nossa luta se integra no quadro geral da luta dos povos do mundo inteiro pela Paz, pelo Progresso, pela Justiça Social, contra todas as formas de opressão e exploração do homem pelo homem. Essa presença e acção militantes são a continuação da solidariedade fraternal que esses países e povos amigos demonstraram para com o povo moçambicano durante a luta armada de libertação nacional.

Porém, neste processo de defesa, consolidação e valorização das nossas conquistas temos enfrentado muitas difi-

culdades, temos registado alguns atrasos na nossa marcha.

Essas dificuldades resultam, por um lado, de algumas insuficiências que se verificam no nosso seio, face à complexidade das tarefas que resultam das profundas transformações das estruturas e das mentalidades que as nacionalizações, necessariamente, implicam.

Resultam, por outro lado, da acção reaccionária das classes exploradoras e seus agentes.

Enraivecidos pela perda de múltiplos e importantes privilégios, os reaccionários, após o seu desorganizado recuo inicial, tentam organizar-se e lançar os seus ataques, com o objectivo de dificultar e travar o nosso processo popular e revolucionário.

Recorrem assim a boatos infames e alarmistas, visando promover um clima de inquietude e instabilidade social, provocar a fuga maciça de técnicos, criar intrigas e

desorientação no seio do nosso povo. Recordemos, por exemplo, boatos ridículos como o da nacionalização das crianças e o da nacionalização das máquinas de costura.

Recorrem à calúnia sistemática contra as estruturas e os dirigentes do nosso Partido e do nosso Governo, deturpando a intenção e o conteúdo das nossas medidas e acções revolucionárias, com o objectivo de dividir as massas da sua vanguarda revolucionária. Outros, mais sublis e disfarçados, fingem não pôr em causa o conteúdo das nacionalizações para atacarem a sua oportunidade e a sua forma. A calúnia incide também sobre os técnicos estrangeiros que conosco trabalham, afirmando-se que exploram o nosso povo, com a intenção de pôr em causa o nosso internacionalismo e o internacionalismo dos nossos amigos e aliados.

Os reaccionários recorrem à infiltração nas estruturas do Partido e do Governo e, especialmente, à acção reaccio-

nária e sabotadora no seio das estruturas dos sectores recuperados e nacionalizados: é o caso de trabalhadores da Saúde que não atendem ou atendem mal o nosso povo, que tomam atitudes racistas, que fomentam a indisciplina, a desorganização e a falta de higiene nos hospitais; é o caso de professores que alimentam um clima de liberalismo e anarquia nas escolas, deturpando conceito de democracia; é o caso da destruição de máquinas e instrumentos de trabalho agrícola nas machambas, pelos antigos proprietários que as abandonaram; é o caso da destruição raivosa de casas, após a sua nacionalização.

Os reaccionários recorrem à tentativa sistemática de deturpar, minimizar e ridicularizar as nossas realizações. Afirmam que tudo quanto passou a pertencer ao nosso povo que tudo quanto é dirigido pelo povo é mau. Generalizando, exagerando e falsificando as nossas dificuldades, apontam desde-

nhosamente as bichas nos hospitais.

Dizem que as nossas escolas não têm nível, que os nossos professores não sabem, que os nossos métodos são atrasados, que os nossos manuais de ensino não prestam.

Quando falam contra as realizações e conquistas do nosso povo, estes reaccionários, agentes servís do imperialismo, invocam os interesses do povo. Pretendem que acreditemos que eles, os mesmos que sempre oprimiram e exploraram o nosso povo, são, agora, os defensores dos interesses e aspirações populares.

Mas sabemos que falam contra os nossos hospitais porque, habituados a anteriores situações de privilégio, não aceitam estar nas bichas com o nosso povo, que desprezam.

Estes reaccionários procuram fazer esquecer que, no regime colonial, o próprio hospital era um luxo para o povo e que a pequena percentagem de moçambicanos que lá con-

seguia ir esperava muitas horas amontoada à porta da consulta externa. Procuram fazer esquecer que as grandes bichas existem porque médicos igualmente reaccionários, não podendo enriquecer à custa da doença, abandonaram o nosso País sabotando temporariamente a capacidade de trabalho dos nossos hospitais. Procuram fazer esquecer que as bichas são também uma forma elevada de organização do povo em que os mais fracos não são empurrados pelos mais fortes, em que os velhos e as crianças, os homens e as mulheres são igualmente tratados e respeitados, em que não há lugar para formas de discriminação de qualquer tipo

Sabemos que estes reaccionários falam contra as nossas escolas porque não aceitam que os seus filhos tenham uma educação popular, assente na igualdade, no estudo colectivo, na valorização do trabalho manual; falam contra os nossos manuais de Ensino por-

que não aceitam que estudemos a nossa História, a nossa Geografia, a nossa Cultura — querem que estudemos ainda os Lusíadas; atacam os nossos professores e os nossos métodos de trabalho nas escolas porque não querem que estudemos a linha política da FRELIMO, porque os desespera saber que, nas nossas escolas, estamos a criar a nova mentalidade, o Homem Novo.

O objectivo último dos reaccionários é desorientar o nosso povo, levar o nosso povo a pôr em causa o valor e o significado da recuperação da terra e das nacionalizações e, até, o significado da nossa Independência.

9 — DEFENDER, CONSOLIDAR E VALORIZAR AS NACIONALIZAÇÕES

Já realizámos o essencial, com as nacionalizações e a recuperação da terra, traduzindo as aspirações mais profundas do nosso povo. Mas isso não basta.

É necessário que todo o povo moçambicano se engaje no trabalho para que se materialize o conteúdo popular das nacionalizações:

— para que, trabalhando colectivamente e organizada-mente, se alcance os benefícios da terra recuperada:

— para que os hospitais funcionem de forma mais eficiente, aumentem em quantidade e qualidade os quadros de Saúde e os reaccionários neles infiltrados sejam desmascarados e neutralizados;

— para que as nossas escolas sejam verdadeiros centros de formação do Homem Novo;

— para que, rapidamente se esruture o sistema da Justiça Popular;

— para que, rapidamente, se modifique a face das nossas cidades, eliminando os últimos vestígios da discriminação racial e organizando os bairros comunais.

Estas são tarefas de todo o nosso povo, que só podem ser realizadas pelo nosso povo, devidamente mobilizado, orga-

nizado e enquadrado pelas estruturas do Partido.

Numa palavra, é ao nosso povo, às largas massas operárias e camponesas, que cabe a tarefa de defender, consolidar e valorizar as nacionalizações.

Esta tarefa é uma responsabilidade histórica de todos e de cada um dos moçambicanos, do Rovuma ao Maputo. Somos responsáveis perante os melhores filhos do nosso Povo que caíram durante a guerra popular de Libertação Nacional.

Somos responsáveis face ao sangue e ao sacrifício de milhares de moçambicanos que sofreram prisões, torturas, assassínios e massacres para tornar possível estas conquistas do nosso Povo.

Somos responsáveis perante os nossos filhos, para os quais, defendendo, consolidando e valorizando as nacionalizações, construiremos um futuro de progresso e justiça social.

Por isso, os Grupos Dinamizadores a todos os níveis, do Rovuma ao Maputo, devem:

1 — desenvolver no seio do nosso Povo um intenso e profundo trabalho político de esclarecimento e consciencialização, por forma a que as nacionalizações sejam assumidas por todos na sua verdadeira dimensão, por forma a que o nosso Povo compreenda o significado profundo das nacionalizações;

2 — mobilizar o nosso Povo para que, em cada célula, em cada círculo, sejam estudadas e postas em prática colectivamente as medidas necessárias para a defesa, consolidação e valorização das nacionalizações.

Ao defendermos, consolidarmos e valorizarmos as nacionalizações estamos também a criar condições reais para o aumento da Produção em todos os sectores recuperados ou nacionalizados, cumprimos

do a palavra de ordem lançada pela Oitava Sessão do Comité Central da FRELIMO «Ofensiva Política e Organizacional Generalizada na Frente de Produção».

Finalmente todo o Povo moçambicano, do Rovuma ao Maputo, mobilizado, organizado e enquadrado pelos respectivos Grupos Dinamizadores, deverá no dia 24 de Julho, a partir das primeiras horas da manhã:

— Organizar-se para a limpeza dos Hospitais, das Escolas e de outras estruturas da Saúde e da Educação;

— Organizar-se para a limpeza de todas as Cidades, Vilas, Aldeias Comuns e Povoações;

— Proceder à destruição de todos focos de lixo, como forma concreta de combate às moscas;

— Organizar-se para, de agora em diante, e sob a orientação da Secção de Produção e Comércio dos Grupos Dinamizadores, se recolherem

todas as sementes de limão com casca rugosa e todas as sementes de papaia, as quais após a sua recolha deverão ser passadas por água e postas a secar à sombra durante dez dias seguidos, aguardando entretanto novas orientações das estruturas do Partido no sentido de se começarem a organizar viveiros;

— Proceder, em cada célula, em cada círculo, à escolha de um terreno com cerca de um hectare e onde o acesso à água seja fácil, terreno esse no qual, após a aprovação das estruturas competentes do Partido e do Governo, será instalado um POMAR COLECTIVO.

Ao participarmos na jornada limpeza do dia 24 de Julho estaremos a reafirmar a nossa determinação de conservarmos e melhorarmos os hospitais que são nossos, as escolas que são nossas e os locais de habitação que são nossos.

Ao procedermos à destrui-

ção de todos os focos de lixo, estaremos a avançar decisivamente na tarefa de ELIMINAÇÃO DAS MOSCAS, contribuindo assim para a consequente redução de inúmeras doenças que afectam o nosso Povo e portanto para a consolidação das nossas conquistas na frente da Saúde.

Ao organizarmos a recolha de sementes para os VIVEIROS e ao escolhermos os terrenos onde será instalado o POMAR COLECTIVO estaremos a concretizar a orientação do Camarada Presidente Samora Machel de, em cada Célula e em cada Círculo plantarmos árvores de fruto. Estaremos também a valorizar decisivamente a recuperação da terra pelo Povo.

Do Rovuma ao Maputo, integrados nas estruturas da FRELIMO, façamos do dia 24 de Julho de 1976 o dia do desencadeamento da ofensiva popular de defesa, consolidação e valorização das nacionalizações.

DAR AO NOSSO TURISMO UM CONTEÚDO DE CLASSE

Camaradas Membros do Comité Central,
Camaradas Membros do Comité Executivo,
Camaradas Membros do Conselho de Ministros,
Camaradas Trabalhadores da Indústria Hoteleira,
Camaradas,
Amigos,

Em primeiro lugar desejamos saudar os trabalhadores da Indústria Hoteleira pela iniciativa que tiveram em organizar no dia de hoje, **DIA DAS NACIONALIZAÇÕES**, esta

reunião em honra do Comité Central e Comité Executivo da FRELIMO e do Conselho de Ministros. Saudamos também, por vosso intermédio, a todos os trabalhadores moçambicanos. A escolha deste dia é, em si mesma, altamente significativa na medida em que reflecte:

— a compreensão por parte dos trabalhadores da importância decisiva das nacionalizações na consolidação do **PODER POPULAR**;

— a inteira identificação das massas trabalhadoras com

as medidas revolucionárias, que são as Nacionalizações, tomadas pela FRELIMO e pelo Governo;

— e a firme determinação das classes trabalhadoras em consentir novos sacrifícios para DEFENDER, CONSOLIDAR E VALORIZAR AS NACIONALIZAÇÕES.

Saudamo-vos também pelo facto de terem escolhido precisamente o HOTEL POLANA para local da nossa reunião. O Hotel Polana era o bastião, a estrutura mais representativa do sistema de turismo colonial. Aqui atingiam um refinamento maior a discriminação racial a discriminação de classe, a exploração e a corrupção material, moral e ideológica.

O Hotel Polana era o antro dos administradores das grandes companhias multinacionais quando aqui vinham periodicamente inspeccionar as suas concessões. O Hotel Polana era o lugar de concentração dos grandes latifundiários e

financeiros «boers» que aqui vinham gozar dos benefícios adquiridos na exploração das classes trabalhadoras sul-africanas.

O Hotel Polana era o local de convívio dos representantes mais «distintos» da burguesia colonial da cidade de Lourenço Marques. O Hotel Polana era o local de encontro de misteriosos e corruptos senhores endinheirados com misteriosas meninas sem vergonha. Nós trabalhadores, fôsemos pretos, mistos, indianos ou brancos, brancos de 2.^a ou de 3.^a como eles diziam, só tínhamos entrada aqui para limpamos o chão que os burgueses pisavam, para lavarmos os pratos onde eles comiam ou para apararmos a relva onde eles repousavam.

Por isso, a presença aqui esta noite dos membros da Direcção da FRELIMO e do Governo, isto é, a presença aqui da Vanguarda Revolucionária do nosso Povo Trabalhador numa reunião organizada pelos trabalhadores, tes-

temunha de forma muito clara as profundas alterações que presentemente têm lugar no nosso País.

Camaradas,
Amigos,

Encontramo-nos aqui reunidos para comemorarmos uma das datas mais significativas da nossa história. O dia 24 de Julho é o dia em que desencadeámos a ofensiva directa contra o imperialismo, o dia em que abalámos decisivamente as estruturas do capitalismo no nosso País.

O dia 24 de Julho é o dia em que o nosso Povo recuperou a terra que historicamente lhe pertencia e que lhe fora usurpada sucessivamente pelos régulos feudais, pelos colonos capitalistas e pelas companhias imperialistas. É o dia em que, no nosso País, destruimos o sistema de propriedade privada da terra, criando assim a base material mínima para a edificação de uma economia popular, inde-

pendente, livre da exploração.

O dia 24 de Julho é o dia em que, através da nacionalização dos hospitais e das clínicas e da abolição da medicina capitalista, nós pusemos termo à exploração, à discriminação e à humilhação do nosso Povo que era feita com base nas suas doenças. É o dia em que eliminámos definitivamente a possibilidade de a burguesia continuar a fazer da doença das pessoas, fonte de riqueza e garantia de privilégios de classe. É o dia do arranque para a edificação de um sistema de Saúde popular em que a motivação para o trabalhador da Saúde não é o lucro e a ganância capitalistas, mas sim o desejo de servir o Povo, por amor ao Povo.

O dia 24 de Julho é o dia em que, por meio da nacionalização das escolas privadas e da abolição do sistema de exploradores, liquidámos os centros de difusão da ideologia exploradora, os

centros de alienação e despersonalização planificada do nosso Povo, os centros de formação de quadros da burguesia. É o dia em que lançámos as bases para a criação de um sistema único de Educação, controlado pelo Estado de operários e camponeses, através do qual o nosso Povo vai adquirir o conhecimento científico necessário para mobilizar as leis da Natureza e da Sociedade em seu benefício. É o dia em que, fazendo de todas as escolas nossas escolas, transformámo-las em centros de desenvolvimento, valorização e difusão da nossa Cultura, de afirmação da nossa personalidade moçambicana, da nossa personalidade africana.

O dia 24 de Julho é o dia em que, através da abolição da advocacia privada, nós retirámos das mãos da burguesia o controlo da administração da justiça, de que ela se servia para defender os seus interesses de classe. É o dia em que liquidámos o comér-

cio da Justiça e lançámos as bases para a criação de um sistema de Justiça Popular.

O dia 24 de Julho é o dia em que, pela nacionalização das agências funerárias, nós eliminámos um dos aspectos mais degradantes do capitalismo no nosso País. É o dia em que abolimos o comércio da morte e a extensão dos critérios de classe até aos cadáveres.

Porque o seu conteúdo é o mesmo, no dia 24 de Julho comemoramos também a nacionalização dos prédios de rendimento, anunciada no dia 3 de Fevereiro deste ano. A nacionalização dos prédios de rendimento permitiu ao nosso Povo tomar as cidades que construiu e liquidar a discriminação racial característica da cidade colonial. Permitted criar um sistema justo de pagamento de rendas de habitação ao Estado, de que resultou um grande abaixamento das rendas e a sua adequação aos rendimentos

de cada família. Permite-nos organizar a vida colectiva nas cidades através da criação de bairros comunais.

O dia 24 de Julho é, pois, um dia de grandes vitórias para o nosso Povo.

Importa assumir o significado dessas vitórias, importa que as saibamos defender, consolidar e valorizar através do nosso trabalho colectivo, organizado, no dia-a-dia.

Assim assumiremos as nossas responsabilidades para com o sangue dos melhores filhos do nosso Povo que tombaram para que pudéssemos ser o que hoje somos e criaremos as condições para que as novas gerações cresçam com uma nova mentalidade, numa sociedade nova.

Camaradas,
Amigos,

Sabemos que os trabalhadores da Indústria Hoteleira justamente se preocupam com a situação actual do seu sec-

tor de actividade e com as formas de o desenvolver.

Essa é também uma preocupação do Partido e do Governo. A este respeito temos a informar-vos que foi criada, a nível do Conselho de Ministros, uma Comissão com a tarefa de definir uma política de Turismo, que servirá de base para o estabelecimento de uma estratégia para o aproveitamento global e correcto das potencialidades existentes no nosso País, neste sector.

A nossa política, em relação a qualquer sector de actividade, assenta em princípios revolucionários, em princípios populares. Consequentemente o sector do Turismo no nosso País deve estar, antes de mais, ao serviço dos trabalhadores.

Durante o colonialismo, o Turismo era um negócio entre burgueses.

De um lado, a burguesia colonial, proprietária e gestora dos hotéis e estâncias de turismo, quando este não per-

tenciam a cadeias capitalistas internacionais. De outro lado, as burguesias exploradoras de outros países, em especial da África do Sul — os «boers» — e os racistas da Rodésia. Era para esses exploradores que se destinavam os melhores hotéis e as estâncias de turismo no nosso País.

O nosso Povo só participava no Turismo com o seu trabalho explorado e com as zonas declaradas turísticas de onde era expulso. Os bons hotéis, as estâncias de turismo, as coutadas de caça, os parques nacionais, estavam reservados para os exploradores. Em especial, para os exploradores que chegavam de outros países, porque a burguesia colonial portuguesa nem sequer sabia apreciar a beleza do país em que estava instalada, «terra de selvagens», exigindo visitas periódicas à dita Metrópole para não perderem o contacto com a civilização, como eles diziam.

O Turismo no nosso País assentava na exploração do

nosso trabalho, na usurpação das zonas mais aprazíveis de onde éramos expulsos, na discriminação social e racial, na humilhação do nosso Povo.

Para os turistas, criaram-se zonas de concentração da corrupção, da imoralidade, da prostituição, do alcoolismo. O nível moral degradante desse Turismo pode ser avaliado se nos lembrarmos que os «cabarets» da Rua Araújo de triste fama, eram o ponto de atracção turística por excelência, na então cidade de Lourenço Marques.

A corrupção organizada nestes locais, juntava-se a corrupção trazida pelos próprios turistas, que transportavam para Moçambique, em cada ano, as mais recentes práticas e modas decadentes e imorais desenvolvidas pelas classes exploradoras dos seus países.

O Turismo degradava também a nossa Cultura. Para servir os turistas, importavam-se as formas mais baixas da cultura estrangeira, que de-

pois se tentava disseminar também entre o nosso Povo, em especial entre os jovens das cidades. Formas deturpadas e falsificadas da nossa Cultura eram fabricadas para, nos centros turísticos de corrupção, serem apresentadas como curiosidades exóticas de selvagens. Ao mesmo tempo, tentava-se valorizar a cultura do colonialista, incorporando, como atrações do Turismo moçambicano, a touxada, o fado, ou o vira português.

Estas eram em traços gerais, as características essenciais do Turismo desenvolvido pelo sistema colonial capitalista no nosso País.

Nós queremos um turismo diferente.

Na organização do nosso sector de Turismo, a nossa preocupação fundamental deve ser a de promover o turismo interno, para servir as massas trabalhadoras do nosso País.

E por quê?

Porque o turismo interno permitirá ao nosso Povo conhecer o nosso País, compreender a dimensão e a complexidade da nossa realidade nacional. Permitirá aos trabalhadores o contacto com os seus camaradas dos outros pontos do País e uma frutuosa troca de experiências, um convívio que reforçará a sua unidade e a sua consciência de classe.

A troca de experiências no plano cultural, também incentivada pelo turismo interno contribuirá de forma importante para o desenvolvimento da CULTURA NACIONAL com base nas riquezas e na variedade das suas formas regionais.

Através do desenvolvimento do turismo interno, criaremos condições de descanso das duras tarefas da Reconstrução Nacional, para os trabalhadores. Condições que, por um lado, permitirão retemperar as nossas forças físicas e, ao mesmo tempo, fortalecer a nossa consciência.

No plano externo, o Turismo deve reforçar os nossos laços com as classes trabalhadoras de outros países, em especial dos países nossos amigos e aliados.

Devemos criar condições para recebermos os trabalhadores de outros países, para lhes proporcionarmos um clima de amizade e hospitalidade. Junto deles, devemos estar preparados para divulgar não apenas as belezas naturais do nosso País, mas, em particular, a nossa realidade, a nossa Cultura, as nossas realizações e conquistas. Com eles devemos trocar experiências, reforçando assim a nossa solidariedade com as classes trabalhadoras de todo o mundo.

É neste contexto de um Turismo popular que devemos considerar o papel dos hotéis e definir as responsabilidades dos trabalhadores da Indústria Hoteleira.

O nosso Hotel deve ser um local onde as pessoas sejam

bem tratadas, onde sejam tratadas com respeito, com delicadeza, com cortezia e com eficiência, onde sejam tratadas não em função do seu estatuto social ou econômico e sim em função da sua condição de seres humanos. O calor humano é mais importante do que o luxo dos quartos, ou o sabor das refeições. Mesmo que a comida seja boa, sabe-nos mal quando somos mal tratados.

O nosso hotel deve ser um modelo de organização, de limpeza, de higiene.

No plano internacional, as vossas responsabilidades de trabalhadores da Indústria Hoteleira são grandes. É quase sempre através do hotel que os visitantes de outros países têm o primeiro — e muitas vezes único — contacto com o nosso Povo. Por isso, a imagem que tiverem do hotel contribuirá de forma vincada para a opinião que formam sobre o nosso País e sobre o nosso Povo.

Os trabalhadores da Indús-

tria Hoteleira devem organizar-se, estudar e pôr em prática medidas para, em cada dia, melhorarem a qualidade do seu trabalho, elevarem o nível da sua produtividade, para que os hotéis apresentem sempre um grau elevado de organização, de limpeza, de higiene, de serviço rápido e eficiente. Devem melhorar os seus métodos de trabalho e criticar os comportamentos errados dos trabalhadores menos conscientes. Devem combater a indisciplina, a desorganização e o relaxamento, em particular o relaxamento em relação à limpeza e aspecto das suas roupas.

Estas responsabilidades cabem também aos trabalhadores dos outros tipos de estabelecimentos da Indústria Hoteleira, como os restaurantes e os cafés.

Gostaríamos aqui de nos referir também a uma prática habitual, existente nos serviços de hotéis, restaurantes e cafés: a gorjeta. Outros chamarão gratificação. Tanto uma

como outra designação traduzem simplesmente uma forma a que recorreu o capitalismo no nosso País para transferir para o cliente, o público, a manutenção daqueles que o servem, os empregados. Mas, e em consequência, dois fenómenos daí surgiram e que foram estimulados pelo colonial-capitalismo:

Primeiro, o divisionismo que essa prática origina no seio dos próprios empregados, despertando neles o espírito de ganância, de disputa de clientes para maiores remunerações.

Segundo, a discriminação dos trabalhadores dos cafés, restaurantes e hotéis em relação a este ou aquele cliente, em relação àquele que dá maior ou menor gorjeta. O empregado deixará assim de ver todo o público em pé de igualdade, para o ver em termos de vestuário e outros pormenores exteriores, que possam traduzir melhor posição sócio-económica deste ou daquele.

Queríamos apelar para que os trabalhadores dos restaurantes, dos cafés, dos hotéis considerassem estes aspectos negativos, e, tão importantes, da gorjeta e, enquanto se estudam soluções para este problema, a todos tratassem com a mesma gentileza, com a mesma prontidão, com a mesma eficiência.

É importante compreendermos que **o hotel é um centro político**, onde é necessário travar um combate de classe.

Combate contra os vestígios do hotel colonial-capitalista, que era centro de discriminação social e racial, de imoralidade, prostituição e alcoolismo, que era centro de alienação e de difusão da cultura e da ideologia burguesa, através das «boîtes», através da venda de certo tipo de livros e revistas, através da transformação das suas salas em pontos de reunião de castas privilegiadas.

Já nos referimos à importância de que se reveste o hotel na formação da opinião

que os visitantes estrangeiros formam do nosso País. Por outro lado, é importante considerar também que os nossos hotéis são visitados por pessoas, quer nacionais, quer estrangeiras, por portadoras, de mentalidade capitalista de ideias erradas. Este facto exige também uma vigilância constante e permanente para impedirmos que os nossos hotéis sejam centros de difusão de ideias erradas e da ideologia burguesa decadente.

Para terminar dizemos:

Unidos pela nossa ideologia de classe, trabalhando de forma colectiva e organizada e reforçando a vigilância, os trabalhadores da Indústria Hoteleira, integrados nas estruturas da FRELIMO, devem aplicar criadoramente a palavra de ordem da Oitava Sessão do Comité Central da FRELIMO: **«OFENSIVA POLÍTICA E ORGANIZACIONAL GENERALIZADA NA FRENTE DE PRODUÇÃO»**.

Nós queremos um turismo diferente. Na organização do nosso sector de turismo, a nossa preocupação fundamental deve ser a de promover o turismo interno, para servir as massas trabalhadoras do nosso país. No plano externo, o turismo deve reforçar os nossos laços de amizade com as classes trabalhadoras de outros países, em especial dos países nossos amigos e aliados.

□ □ □ □ □

É importante compreendermos que o HOTEL É UM CENTRO POLÍTICO onde é necessário travar um combate de classe.

□ □ □ □ □

Os trabalhadores da indústria hoteleira devem organizar-se, estudar e pôr em prática medidas para, em cada dia, melhorarem a qualidade do seu trabalho, elevarem o nível da sua produtividade, para que os hotéis apresentem sempre um grau elevado de organização, de limpeza, de higiene, de serviço rápido e eficiente.

□ □ □ □ □

Unidos pela nossa ideologia de classe, trabalhando de forma colectiva e organizada e reforçando a vigilância, os trabalhadores da indústria hoteleira, integrados nas estruturas da Frelimo, devem aplicar criadoramente a palavra de ordem da Oitava Sessão do Comité Central da Frelimo: «Ofensiva política e organizacional generalizada na frente da produção».